PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

ESTADO DO PARANA

1/6/3

Senhor Presidente.

Ao estudarmos a Lei Municipal que Provê sobre a Legislação Tributária do Município, notamos, na parte que se refere eo IMPOSTO TERRITORIAL, uma flagrante contradição entre dois artigos diferentes da mesma Lei.

Trat-se do seguinte:

O Art.7º da citada Lei dis: "QUANDO SE TRATAR

DE CHÀCARAS SITUADAS FORA DA 1º E 2º

ZONA,O IMPOSTO SERÁ REDUZIDO DE:

25% AS CULTIVADAS,

10% AS NÃO CULTIVADAS2.

Logo adiante, no Art. 17 (alís errado por estar repetido o número 17 em dois artigos) no tamos o seguinte:

"SERÃO EXONERADOS DO IMPOSTO TERRITORIA OS TERRENOS SITUADOS NA ZONA SUBURBANA QUE TENHAM PELO MENOS METADE DA RESPE-TIVA ÁREA ÚTIL EFETIVAMENTE CULTIVADA

Estes dois dispositivos legais, contraditórios entre sí, colocam o Executivo Municipal em situação de dúvida quanto à sua interpretação e execução, pois, como é evidente, o segundo anula o primeiro, deixando o Serviço de Exacção Financeira do Município completamente desarmado na aplicação da Lei.

Verdade é que o artigo 7º fala de CHÁCARAS, e o cede um abatimento de 25% para as cultivadas ao passo que o Art. 17 fala de TERRENOS SUBURBANOS, e concede exoneração de impostos para os que tiverem metade da sua área útil cultivada.

Entendemos porém que CHÁCARAS e TERRENOS SUBURBANOS são uma só e mesma coisa, havendo apenas a diferença de denominação que nada expressa e só traz confusão.

Parece-nos que todos os terrenos situados na a na suburbana, na periferia da cidade, independentemente de como se os der mine, são a mesma coisa, ou melhor, emportuguês, rigorosamente, são CHÁCARAS quando efetivamente cultivados com legumes, verduras e outros produtos da pequena lavoura e, simplesmente terrenos suburbanos quando não cultivados.



per maninida

APROVADO EM-

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

ESTADO DO PARANA

mente para 21), para que possa ser aplicado o Art. 7º sem dúvidas e de acordo com o espírito da Lei.

Diante do fato apontado, o de repetição do mesm número na numeração dos artigos, chamamos o Art.em questão de Art.l para evitar confusão com o primeiro Art.17 que trata de outro assu to.

Pelos motivos acima expostos, apresentamos, e su metemos à apreciação dêssa Egrégia Câmara o seguinte

DE LEI DE 06/07/1953 PROJETO

Torna sem efeito o Art.17-a da Lei Municipal que prove sobre a Legislação Tributária do Município.

Art.1º - É tornado sem efeito o Art.17-a da Lei Municipal que prove sobre a Legislação Tributária do Município.

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, revogando-se as disposições em contrário.

> GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TOLEDO, em.... de..... de 1953.

> > Guerino A. Viccari

Presidente da Câmara em Exerc cio da Prefeitura Municipal

A SANÇÃO Sala das Sessões

MUNICIPAL DE TOLEDO ESTADO DO PARANA SSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

> Projeto de Lei que torna sem efeito o Art.17-da Lei Municipal que provê sôbre a Legislação Tributária do Município. Assunto: -

Autor:-Exmo. Snr. Presidente da Câmara em Exercício d

Prefeitura Municipal.

Recebido em Sessão da Câmara de 1.6.1953. Data: -

PARECER NR. -5-

Efetivamente houve lapso por ocasião em que f redigida a lei que se refere ao Impôsto Territorial. Falta grave q devemos ao apuro ocorrido na aprovação de todas as leis dêste muni pio por ocasião em que os poderes públicos municipais deveriam trar em função .-

Estudando o projéto em fóco, É PARECER désta missão que o mesmo deva ser aprovado na forma em que está redigido

Toledo, 22/6/43



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

ESTADO DO PARANA

da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:

APROVADO EM Muidade 11953.

APROVADO EM Muidade 11953.

POT MARMANIA 3 15 CLUMEN.

Cala das Sessões, Sheu 6 Chunen.

PRESTOLNIE.

Assunto: Projeto de Lei que torna sem efeito o Art.17-a da Lei Municipal que prosôbre a Legislação Tributária do Municipio.-

Autor. - Guerino A. Viccari, presidente da Camara em exercicio na Prefeitura Municipal. -

Recebido na Sala de Sessões em: 22 de Junho de 1953.-

PARECER Nº 8

Examinando com devido cuidado o projeto em questão, sua justificativa, bem como a Lei que o mesmo vem alterar, é PARECER desta comissão, que o Egregio Legislativo confirme ratificando o parecer o de nº 5 da Comissão de Finanças e Orçamento.-

Toledo, 30 de Junho de 1953.-

Maldi Winfer & lei hir de Famighien. **CHAVE DE VERIFICACAO DE INTEGRIDADE:** 94D8CC8A6B3FD0987B7CB79DC988361B VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM https://toledo.votacaoeletronica.inf.br/autenticidadepdf

CODIGO DO DOCUMENTO: 041777

PL 011/1953

